CONTRATO Nº 42/2026

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 42/2026 QUE CELEBRAM ENTRE SI A PREFEITURA DE RANCHO QUEIMADO - SC E A EMPRESA SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA - SESI

O MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 82.892.357/0001-96, sediada na Praça Leonardo Sell, 40, Centro, neste ato representado pela Sr. Tiago Schutz, Prefeito Municipal, doravante designada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA - SESI inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.777.341/0026-14 com sede na Rua Farroupilha, nº 150, Campinas, São José/SC, CEP: 88117-902, neste ato representada pelo Sr. Luciano Mattiazzi Baumgartner, inscrito no CPF sob o nº ***.237.180-** doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista às disposições da , do Decreto Municipal nº 3068, de 06 de dezembro de 2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, em decorrência do preço homologado na Dispensa nº 19/2026 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é prestação de serviços especializados na área de Saúde e Segurança do Trabalho (SST), compreendendo a elaboração, atualização e manutenção de laudos trabalhistas e previdenciários, bem como de programas de segurança do trabalho exigidos pela legislação vigente, incluindo o suporte técnico necessário para atendimento das obrigações legais e adequação às exigências do eSocial, conforme especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência anexo ao Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Dispensa, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora.

1.3. Descrição dos itens:

Valor Fechado (negociação fixa)					
Item	**Descrição**	**Und.**	**Qtd.**	**Valor unitário máximo (R$)**	**Valor total máximo (R$)**
1	Gestão de Laudos e Programas de SST	unidade	1	11.817,91	11.817,91
2	Aferição de Ruído da Jornada Diária (min 75% da jornada)	unidade	3	186,77	560,31
3	Aferição de Vibração	unidade	2	405,66	811,32
4	Aferição de Calor	unidade	1	162,27	162,27
5	Exame Médico Ocupacional in Company - Fechado	consultas	275	118,19	32.502,25
Total Negociação Fixa (valor fechado) R$ 45.854,06 (quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e seis centavos).					
Valor Aberto (negociação variável)					

Item	Descrição	Und.	Qtd.	Valor unitário total (R$)	Valor máximo total (R$)
6	Assessoria em Engenharia de Segurança do Trabalho - Horas Variáveis	Horas	4	248,35	993,40
7	Assessoria em Medicina do Trabalho - Horas Variáveis	Horas	4	497,88	1991,52
8	Assessoria em Ergonomia - Horas Variáveis	Horas	4	120,87	483,48
9	Assessoria Técnica em Segurança do Trabalho - Horas Variáveis	Horas	21	90,98	1.910,58
10	Audiometria ocupacional	Exame	1	59,14	59,14
11	Audiometria Ocupacional in Company	Exame	20	71,80	1.436,00
12	Avaliação Psicossocial	Consulta	1	156,70	156,70
13	Campimetria	Exame	1	174,63	174,63
14	Consulta Avulsa	Consulta	1	104,78	104,78
15	Eletrocardiograma	Exame	1	164,58	164,58
16	Exame Médico Ocupacional	Consulta	10	91,10	911,00
17	Exame Médico Ocupacional in Company - Aberto	Consulta	20	118,19	2.363,80
18	Espirometria	Exame	1	104,38	104,38
19	Exame de Raio X	Exame	1	87,32	87,32
20	Teste de Acuidade Visual	Exame	45	32,12	1445,40
21	Teste de Daltonismo	Exame	1	87,32	87,32
Total Negociação aberto (valor variável) R$ 12.384,15 (doze mil, trezentos e oitenta e quatro reais e quinze centavos).					
VALOR MÁXIMO TOTAL: R$ 58.238,09 (cinquenta e oito mil, duzentos e trinta e nove centavos).					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de 10/07/2026 e encerramento 10/07/2027, prorrogável na forma da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – FORMA DE FORNECIMENTO

3.1. O fornecimento do objeto do presente termo de contrato será efetuado a partir da requisição e autorização de fornecimento pelo setor competente.

4. CLÁUSULA QUARTA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 58.238,09 (cinquenta e oito mil, duzentos e trinta e oito reais e nove centavos).

4.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários,

fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.2. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura ao setor contábil, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto ou Recibo pelo fiscal do contrato.

4.2.1. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá em 05 (cinco) dias após a data de sua apresentação válida.

4.3. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

5. CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

5.1. O preço pelo qual será contratado o objeto da presente Licitação, será reajustado a cada 12 (meses) pelo acumulado do IPCA divulgado pelo IBGE a fim de manter o equilíbrio econômico financeiro.

6. CLÁUSULA SEXTA – CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício 2026, na classificação abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL
Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 02 GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR
Proj./Ativ. 2.002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
3 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS - 1.500.7000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

Órgão: 02.002 GABINETE DO VICE-PREFEITO
Unidade: 02 GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR
Proj./Ativ. 2.003 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO VICE-PREFEITO
7 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS - 1.500.7000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

Órgão: 02.003 - PROCURADORIA E ASSESSORIA JURÍDICA
Unidade: 02 GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR
Proj./Ativ. 2.004 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DPTO. JURÍDICO
11 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS - 1.500.7000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

Órgão: 02.004 - CONTROLADORIA
Unidade: 02 GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR
Proj./Ativ. 2.005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO
15 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS - 1.500.7000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

Órgão: 04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade: 3 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Proj./Ativ. 2.007 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
25 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS - 1.500.7000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
33 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS - 1.500.7000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 04 - EDUCANDO NO PRESENTE PARA UM FUTURO MELHOR
Proj./Ativ. 2.012 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
41 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS - 1.500.1001.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – EDUCAÇÃO
41 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS - 1.540.7000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS 70%

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 04 - EDUCANDO NO PRESENTE PARA UM FUTURO MELHOR
Proj./Ativ. 2.016 - MANUTENÇÃO E FUNC. DO ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAS
55 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS - 1.500.1001.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO
55 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS - 1.540.7000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS 70%

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 04 - EDUCANDO NO PRESENTE PARA UM FUTURO MELHOR
Proj./Ativ. 2.021 - ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO - CRECHE
67 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS - 1.500.1001.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – EDUCAÇÃO

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
Unidade: 09 - FORTALECIMENTO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO
Proj./Ativ. 2.027 - MANUT. E FUNC. DAS ATIVIDADES DA SEC. DE TURISMO
76 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS - 1.500.7000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

Órgão: 09 - SECRETARIA DE ESPORTES
Unidade: 07 - ESPORTE É VIDA
Proj./Ativ. 2.037 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA E PROMOÇÃO DO ESPORTE
107 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS - 1.500.7000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTO

Órgão: 10 - SECR. DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 13 - AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Proj./Ativ. 2.038 - MANUT. E FUNC. DA SEC. DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
113 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS - 1.500.7000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

Órgão: 11 - SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 12 - ESTRADAS VICINAIS
Proj./Ativ. 2.048 - MANUT. FUNCT. DA SECRET. MUNIC. DE TRANSP. E OBRAS
128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS - 1.501.7000.0000 - OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS
128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS - 2.500.7000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

IPRERQ
Órgão: 13 - INST.PREV.SOC.SERV.PUB.RANCHO QUEIMADO
Unidade: 14 - PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS
Proj./Ativ. 2.073 - MANUNT. E FUNC. DAS ATIVIDADES DO INSTITUTO - IPRERQ
3 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS - 1.802.1111.0000 - RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO
Órgão: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 5 - SAÚDE PRIORIZADA
Proj./Ativ. 2.049 - MANUT. E FUNC.DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
6 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS - 1.500.1002.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

Órgão: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 5 - SAÚDE PRIORIZADA
Proj./Ativ. 2.050 - PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE - SAÚDE BUCAL
14 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS - 1.500.1002.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – SAÚDE

Órgão: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 5 - SAÚDE PRIORIZADA
Proj./Ativ. 2.051 - PISO DA ATENÇÃO BÁSICO VARIÁVEL - SAÚDE DA FAMÍLIA
18 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS - 1.500.1002.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – SAÚDE

Órgão: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 5 - SAÚDE PRIORIZADA
Proj./Ativ. 2.052 - PISO DA ATENÇÃO BÁSICO VARIÁVEL - AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE
22 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS - 1.500.1002.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – SAÚDE

Órgão: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 5 - SAÚDE PRIORIZADA
Proj./Ativ. 2.057 - PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE - EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS EMULTI
26 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS - 1.500.1002.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

Órgão: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 5 - SAÚDE PRIORIZADA
Proj./Ativ. 2.055 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE - VIGILÂNCIA SANITÁRIA
45 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS - 1.500.1002.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

Órgão: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 5 - SAÚDE PRIORIZADA
Proj./Ativ. 2.054 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE - VIGILÂNCIA EPID. E ENDEMIAS
49 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS - 1.500.1002.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RANCHO QUEIMADO
Órgão: 15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 6 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ. 2.064 - MANUT. E FUNC.DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
4 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS - 2.500.7000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

CONSELHO TUTELAR
Órgão: 16 - CONSELHO TUTELAR
Unidade: 6 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ. 2.072 - MANUT. E FUNC DAS ATIVIDADES DO CONSELHOTUTELAR
158 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS - 1.500.7000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

8. CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADE DAS PARTES

8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLÁUSULA NONA– SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

9.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

9.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

9.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "9.1.2.", "9.1.3." e "9.1.4." do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "9.1.5.", "9.1.6.", "9.1.7." e "9.1.8." do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.2.4. **Multa,**

9.2.4.1. Multa moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

9.2.4.2. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução total do objeto;

9.2.4.3. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

9.2.4.4. Compensatória, de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução total do objeto;

9.2.4.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até dois anos;

9.2.4.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será

descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

9.5.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.5.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.5.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.5.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

9.5.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– RESCISÃO

10.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

10.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a VII e IX do art. 137 da Lei nº 14.133/21 e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

10.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à contratada sempre que possível o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A CONTRATADA, reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa 77 da Lei nº 14.133/2021.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FISCALIZAÇÃO

12.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada na forma estabelecida no Termo de Referência pelo Secretáro Municipal de Obras, Estradas e Serviços Urbanos.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz para dirimir os litígios que decorrem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

13.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

Rancho Queimado, 10 de julho de 2026.

TIAGO SCHUTZ:05057824996
Assinado de forma digital por TIAGO SCHUTZ:05057824996
Dados: 2026.07.14 15:23:49 -03'00'

TIAGO SCHUTZ
Prefeito Municipal

Assinatura Qualificada
13/07/2026 17:16 (BRT)
BRy Luciano Mattiazzi Baumgartner
773.***.***-15
Luciano Mattiazzi Baumgartner

LUCIANO MATTIAZZI BAUMGARTNER
Serviço Social da Industria - SESI